

RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB): HISTÓRIA, MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DA JUVENTUDE DO CAMPO

CLARICE APARECIDA DOS SANTOS

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

ELIENE NOVAES ROCHA

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

ELISA GUARANÁ DE CASTRO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

REGINA COELLY FERNANDES SARAIVA

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

RESUMO: O artigo apresenta a experiência do Programa *Residência Agrária Jovem*, como resultado da luta da juventude do campo para ampliação das estratégias de formação, organização e resistência, tendo a Educação do Campo como princípio orientador. A análise parte da concretização do Programa tanto em nível nacional quanto local na Faculdade UnB Planaltina (FUP), atuando em Núcleos Territoriais onde viviam os jovens camponeses. Na forma de síntese sobre a formação e a pesquisa realizadas, o artigo se debruça sobre o itinerário formativo construído, articulando as questões nacionais e locais que permeiam a vida da juventude camponesa. Os resultados demonstraram que a experiência deixou importantes repercussões na vida dos jovens e indica a necessidade de fortalecimento das ações de juventude no ensino, na pesquisa e na extensão na ambiência da FUP/UnB.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Educação do Campo. Juventude. Formação.

RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM: LUTA E CONSTRUÇÃO

O Programa *Residência Agrária Jovem* (RAJ) foi implementado em 2014 a partir de uma parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), resultado da luta da própria juventude rural nos espaços de representação e diálogo, promovidos em âmbito nacional. É um programa paradigmático para analisarmos a própria percepção do rural no Brasil, as disputas presentes no campo e, em especial, o lugar da juventude, suas lutas por espaço político, formação e construção de sua identidade camponesa. (BRASIL, 2014a)

Em 2011, as políticas públicas para a juventude avançavam em seu esforço de consolidação e institucionalização, sendo o Estatuto da Juventude, promulgado em 2013, de enorme importância nesse esforço. Contudo, apesar da presença da juventude rural no Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), desde a sua formação, em 2005, pouco havia sido construído em relação às políticas públicas mais efetivas para a juventude rural.¹

A razão dessa ausência pode ser lida pelo peso demográfico da juventude rural (15%) perante a juventude urbana (85%), de acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2010). A invisibilidade da juventude rural deve-se, porém, a fatores mais profundos, como a construção de desenvolvimento centrado no urbano, posto em marcha desde a década de 1950 e intensificada a partir da década de 1970, com o fortalecimento contínuo do modelo concentrador de terras e recursos públicos, monocultor e voltado para a exportação de produção primária. Ainda como resultado desse modelo de desenvolvimento, a desvalorização da *vida no campo* em “oposição” a uma vida *na cidade*, marcam a estigmatização nos espaços urbanos da juventude, identificada como *rural*. (CASTRO, 2013) A juventude rural trava uma luta secular pela mudança de uma estrutura fundiária que produz desigualdades sociais desde o Brasil Colônia.

Assim, mesmo com os avanços incontestes sobre a priorização da juventude nos governos de Lula (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma (2010-2013 e 2014-2016), a juventude rural permanecia invisível. Contudo, a juventude organizada nos movimentos sociais do campo, com forte presença a partir dos anos de 2000 (CASTRO *et al.*, 2009), buscou por espaços de pressão, fazendo-se presente desde a 1ª Conferência Nacional de Juventude e com importante presença na 2ª Conferência, realizada em 2011 (BRASIL, 2012). O histórico de luta da juventude demonstra como a pauta foi avançando, de forma lenta e gradual, e sempre com muita pressão da própria juventude. A construção do RAJ surge desse diálogo direto com a juventude.

Dos anos de 2005 a 2015, o Brasil experimentou uma década de políticas públicas de juventude. Um esforço nacional a partir, principalmente, de iniciativas do governo federal, visando à construção de uma institucionalidade, implantada pela Lei n.º 11.129, de 30 de junho de 2005, que criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o Projovem, e, ainda, o principal marco legal, o Estatuto da Juventude (Lei n.º 12.852), sancionado em 5 de agosto de 2013². São inegáveis os avanços e a visibilidade alcançada sobre as agendas e as questões da juventude no Brasil nesse período³.

Apesar do reconhecimento da importância e da diversidade da juventude brasileira expresso no Estatuto da Juventude, isso não se traduziu em políticas públicas perenes para essas juventudes. Assim, ao acompanharmos os avanços das ações realizadas nos anos de 2005 a 2015, percebemos que, apesar de importantes conquistas nos marcos legais, a institucionalidade e as ações de políticas públicas se circunscreveram a esses governos, não tendo se consolidado como políticas de Estado, além de sofrer forte desmonte em governos posteriores, em que a pauta da juventude desaparece do debate político e do cenário das políticas públicas.

No entanto, é preciso perceber que, ao longo dos anos de 2011 e 2014, observamos maior avanço nessa agenda, com as seguintes ações-piloto: linhas específicas em editais de fomento, inclusão digital e economia solidária; cursos de formação; linha específica no Programa de Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER) para jovens, que, embora não tenham representado um grande alcance em número de jovens atendidos, representaram um importante avanço para a visibilidade desses jovens e fortalecimento de coletivos juvenis⁴. Dentre as ações de extrema relevância, encontra-se o Residência Agrária Jovem, coordenado pelo Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁵ (CASTRO, 2016).

Outro importante avanço foi o espaço de representação política em conselhos de participação social, como o Conselho Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar, com cadeiras para a juventude rural. No entanto, esse esforço não foi capaz de tornar estratégico o reconhecimento da diversidade da juventude. A inclusão da juventude rural e dos povos e comunidades tradicionais no Estatuto da Juventude foi um passo histórico relevante para a visibilidade e o reconhecimento dessas populações. Nesse prisma, destaca-se o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (2016)⁶, que reafirma a complexidade que envolve a permanência dos jovens no campo, bem como a centralidade do papel do Estado para que essa possibilidade se torne real (CASTRO, 2016).

Apesar da constatação da fragilidade dessas iniciativas, a educação mostrou-se um campo onde as políticas públicas fortaleceram a inserção de jovens da periferia, do campo e da cidade. As iniciativas do período dialogaram diretamente com as iniciativas dos movimentos sociais e das políticas públicas anteriores que ganharam escopo. A pesquisa Agenda Juventude Brasil, realizada pela Secretaria Nacional da Juventude em 2013, (PINHEIRO, *et al*, 2016) apresentou a ampliação contínua da escolarização da juventude rural, porém, ainda permanecia distante dos níveis de escolarização da juventude que vive nas cidades⁷ (CASTRO, 2016).

A II Pesquisa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (II PNERA), coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2015), demonstrou como os cursos de Educação do Campo ampliaram em quantidade e público, chegando a 320 cursos⁸. Ainda que não tenha representado a massificação do acesso à educação para a juventude rural e ter concorrido com o fechamento contínuo de Escolas no Campo por parte dos governos estaduais, a Educação do Campo representou um importante espaço de luta por outros projetos para a sociedade brasileira (CASTRO, 2016).

Nesse contexto, nasce o *Residência Agrária Jovem* (RAJ), resultado da atuação direta da juventude organizada nos movimentos sociais rurais, e como ação prioritária do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR). O objetivo foi contribuir para a formação, a produção de conhecimentos, a capacitação técnico-profissional, a produção e a disseminação de tecnologias sociais de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, estudantes de nível médio dos assentamentos de Reforma Agrária, da agricultura familiar e de comunidades tradicionais e extrativistas. Realizou-se por meio de chamada pública do CNPq – para universidades federais e estaduais, Institutos Federais (IF's), escolas técnicas federais e estaduais, em parceria com o INCRA, o CNPq e a SNJ. Em 2014, desenvolveram 34 projetos de formação da juventude rural, envolvendo 1.700 jovens. (BRASIL, 2014b).

O RAJ constrói-se a partir desse esforço de somar a trajetória de extrema relevância dos Residências Agrárias, com o foco na juventude de 15-18 anos. Esse público participou do curso-piloto, realizado em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Como podemos observar, nessa experiência realizada na Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB), o RAJ apresentou-se em um formato de curso que dialoga com a juventude e

promove projetos coletivos nos territórios, fortalecendo o pertencimento dos(as) jovens do campo.

O *Residência Agrária Jovem* teve, como referência, o programa desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Residência Agrária. Trata-se de uma política de articulação objetiva entre as universidades, os assentamentos/agricultura camponesa e os movimentos sociais populares do campo. Criado no ano de 2004 e, posteriormente, incorporado às ações do PRONERA⁹, tinha como objetivo:

adotar uma nova concepção de assistência técnica, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária e dos agricultores familiares. (MOLINA; SÁ, 2014, p. 90).

Nesta perspectiva, a concepção originária do programa estabelecia que deveria:

[...] articular os conhecimentos necessários à Reforma Agrária como eixo de projeto de desenvolvimento, sua relação com educação e com educação profissional. Também, para enfrentar os limites da baixa especialização no trabalho do campo, que compromete a produtividade do trabalho. Para pensar novas relações de trabalho e a organização da produção, novas tecnologias para a pequena produção e produção em escala, com base na agroecologia e na cooperação e, acima de tudo, para enfrentar os próprios limites organizativos dos camponeses e contribuir para a consolidação da organização social, essencial no desenvolvimento. (MOLINA *et al.*, 2009, p. 9).

Em 2012, como resultado do longo processo de negociações e articulações do INCRA/PRONERA junto ao CNPq, publicou-se uma Chamada Pública Conjunta¹⁰, visando a selecionar 36 projetos de Especialização - Residência Agrária, envolvendo mais de 1.000 estudantes que já haviam concluído o Ensino Superior. Dentre os 34 projetos aprovados, 19 foram projetos de formação em Agroecologia ou com ênfase em Agroecologia.

No período subsequente – entre os anos de 2013 e 2014 – e na esteira daquela importante experiência, estreitaram-se as articulações do PRONERA com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o seu esforço pela construção de políticas públicas para a juventude e para a juventude rural. A SNJ busca no PRONERA a parceria necessária para a ampliação das políticas de educação para a juventude rural.

Ao mesmo tempo, o PRONERA já vinha com uma construção importante com o CNPq, dada a experiência de um edital grandioso do ponto de vista orçamentário e de alcance social, como foi o edital do Residência Agrária-Especialização.

O passo seguinte constituiu-se em um riquíssimo processo de construção da ação voltada à juventude rural, porém, com ênfase no Ensino Médio. A concepção e a estratégia organizada fundamentaram-se na preocupação com a formação humana integrada com a formação profissional da juventude, todavia, tão importante quanto, foi

a estratégia de envolvimento da juventude rural em projetos que fortalecessem sua auto-organização, para que organizassem seu protagonismo junto às comunidades.

Compreendia-se que, se a juventude tivesse oportunidade de organizar melhor sua participação e construísse os meios pelos quais pudessem intervir nas suas comunidades, certamente ampliaria e aperfeiçoaria sua participação.

O princípio da proposta apontava a necessidade de criar as condições para o encontro da juventude rural com as instituições educativas, no sentido ampliado. Na ocasião, o PRONERA e a SNJ tinham a melhor condição em virtude da vontade política, contudo, faltavam as condições de financiamento.

Diante dessa perspectiva, concentraram-se os esforços tanto da SNJ quanto do PRONERA, com vistas à viabilização do Programa Residência Agrária Jovem. O PRONERA buscou no MDA/Incra uma parte do orçamento e a SNJ assegurou a outra parte, então, em seguida, buscou-se o CNPq que prontamente aderiu à proposta e, assim, viabilizou-se a ação. O edital foi lançado em 2014¹¹ e selecionou 34 projetos, com a participação de 1.250 jovens. Um dos projetos selecionados foi o projeto apresentado pela FUP/UnB.

A importância do projeto para essa região está fundamentada na realidade educacional dos(as) jovens rurais do Distrito Federal e do estado de Goiás. Dados da PNAD/IBGE (2013) indicavam que, em relação à taxa de frequência líquida a estabelecimentos de ensino, por grupo de idade, entre os jovens com idade entre 15 e 17 anos que frequentavam o Ensino Médio (a idade própria para esse nível de ensino), no estado de Goiás, significava 56,2%; no Distrito Federal, 57,3%, ou seja, quase a metade da juventude do DF e do seu entorno ou não estavam estudando ou ainda estavam cursando o Ensino Fundamental.

Entre as pessoas com idade entre 18 e 24 anos que estavam no Ensino Superior, que é a idade própria para esse nível de ensino, no estado de Goiás, representavam 21,8% e, no Distrito Federal, 31,6%. Essa parcela da juventude não estudava ou ainda estava no Ensino Médio. Na Região Centro-Oeste, entre os estudantes com idade entre 18 e 24 anos que frequentavam a escola, 2,5% encontravam-se no Ensino Fundamental e 26,7% estavam no Ensino Médio. A distorção idade-série, no meio rural, era de 53,9%. Nessa mesma Região, a média de anos de estudo de pessoas com 25 anos ou mais (em porcentagem) na área rural era de 3,2% em 2004; e 4,4% em 2013, bem abaixo da média na área urbana, 7,0% e 8,2%, respectivamente.

Passados alguns anos, é possível afirmar que ainda há um longo caminho a percorrer na construção das condições de acesso e permanência à escola dos(as) jovens do campo, na idade adequada. Além de investimentos robustos no sistema público de oferta, de acordo com as necessidades da juventude rural, outras políticas públicas podem e devem associar-se no sentido de fortalecer as organizações juvenis existentes ou mesmo fortalecer a participação juvenil dentro de suas organizações, de forma a colocar-se em condição de protagonismo nas suas comunidades e nos seus territórios.

RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM NA UnB: FORMAS DE RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA JUVENTUDE CAMPONESA

O projeto *Residência Agrária Jovem: Educação do Campo e Juventude Rural: matrizes formativas, associativas, cooperativas, artístico-cultural e da comunicação do campo* surgiu em 2015, com a perspectiva de fortalecer a atuação dos jovens

camponeses e seus territórios. Para tanto, a gênese desse projeto foi marcada pela mobilização dos movimentos sociais e de outros parceiros, visando a dialogar sobre a formação voltada para a juventude do campo e sobre a importância da Educação do Campo como estratégia de resistência. Discussões iniciais centraram na organicidade do projeto, considerando os territórios de atuação do RAJ, a organização dos jovens em Núcleos Territoriais (NTs)¹² e os ciclos formativos.

O RAJ da UnB contemplou 50 jovens rurais, estruturando-se em dois ciclos temáticos: o primeiro ciclo denominado *História e Memória*, e o segundo ciclo denominado *Políticas Públicas e Juventude Rural*. Esses ciclos distribuíram-se ao longo de dois anos e meio e fundamentaram todo o itinerário formativo do projeto, sendo essenciais na construção das ações de inserção, realizadas pelos jovens em seus Núcleos Territoriais (NTs)¹³.

O ciclo formativo História e Memória foi fundamental no fortalecimento da identidade camponesa dos jovens participantes do projeto. Esse ciclo originou-se a partir da realização do Seminário Conexões Jovem I, primeiro momento de encontro e início do itinerário formativo, que se desdobraria em oficinas de capacitação e encontros itinerantes. Cada Núcleo Territorial realizou um Encontro Itinerante, organizado pelos jovens do NT e pelos movimentos sociais locais, com a presença dos demais jovens.

Os jovens foram estimulados a fazer diagnósticos em seus Núcleos Territoriais, com o objetivo de (re)conhecerem a história das suas comunidades e da luta pela terra, marcas presentes nas trajetórias de vida das suas famílias. Algumas estratégias foram utilizadas para mobilizar os jovens nesse registro e escrita dos territórios: filmes, diários de bordo, observação de campo, leitura de textos e entrevistas.

Todo o trabalho com memórias exige um exercício inicialmente lento. Exige buscar nos lugares recônditos do passado o que importa trazer para o presente. O passado não precisa ser distante, pode ser uma experiência recente, porém, realizar o exercício de rever o passado é o grande desafio da memória. O que deve ser trazido para o presente? O que deve ser registrado, desvendado? Essas perguntas mobilizaram o exercício com os jovens participantes na busca pelas histórias e memórias, no primeiro ciclo formativo.

Ao longo do processo de formação, realizou-se uma sensibilização para questões em torno da memória e história dos NTs. Os jovens fizeram os mapas dos territórios, descrevendo os lugares onde vivem, as comunidades, como se viam (ou não) na comunidade, a luta das famílias na conquista da terra. Esses passos também se somaram à escrita inicial nos cadernos de bordo, onde registraram discussões e reflexões trazidas ao longo do processo de formação: os desafios postos à juventude do campo; a luta pela terra e a Educação do Campo como conquista social, a partir da luta dos movimentos sociais.

As questões discutidas nos encontros de formação, denominados de *Conexões Jovens*, foram aprofundadas no Tempo Comunidade (TC), isto é, durante a residência na comunidade, por meio da realização de pesquisas (entrevistas) que os jovens deveriam desenvolver em suas comunidades, e por meio da realização de oficinas: Arte, Cultura e Teatro; Monitoramento e Acompanhamento; Associativismo e Cooperativismo; Audiovisual e no Encontro Itinerante.

As oficinas representaram momentos marcantes do projeto para o diálogo sobre as atividades de Tempo Comunidade: pesquisas, entrevistas, leituras e ainda sobre as novas percepções que foram se constituindo no processo. A primeira oficina de TC teve como tema: Arte, Cultura e Teatro. Os jovens foram estimulados, por meio de técnicas do Teatro do Oprimido, a dialogar com suas realidades, seus contextos socioculturais, permitindo o debate sobre os problemas existentes em seus territórios, a relação com os movimentos sociais, a vida da juventude nos assentamentos, acampamentos, territórios tradicionais e quilombola e, também, para falarem sobre si mesmos. A linguagem teatral foi muito estimulante nesse sentido.

Nas Oficinas de Monitoramento e Acompanhamento, as leituras indicadas auxiliaram os jovens na compreensão de que a realidade, ao ser teorizada, nos ajuda a perceber elementos antes imperceptíveis. Dois textos foram fundamentais nessa conjuntura: *A cultura não é a cereja do bolo* (SARAIVA, 2015), e o *Texto do Teatro do Oprimido* (BOAL, 1975). Percebeu-se que, em cada atividade, os jovens foram construindo um olhar crítico sobre as comunidades, sobre a sua condição de ser jovem e a relação com os movimentos sociais.

Um momento marcante no percurso formativo do primeiro ciclo *História e Memória* foi o I Encontro Itinerante, realizado no NT Kalunga, em Cavalcante-GO. Esse NT era formado por jovens quilombolas Kalungas e por jovens do Assentamento Rural Rio Bonito. A experiência foi muito interessante para todos, em especial para os jovens, pois muitos deles nunca haviam tido a oportunidade de viajar e conhecer um território quilombola e possibilitou conhecer o território Kalunga. O encontro, neste território, permitiu que conhecessem sua realidade, sua história, além de intercambiar experiências vivenciadas pelos jovens quilombolas e assentados. O encontro propiciou ainda a sistematização das pesquisas realizadas em Tempo Comunidade pelos jovens nos seus NTs. As pesquisas de campo efetuaram-se com familiares, lideranças e outras pessoas da comunidade.

O NT Kalunga reforçou a riqueza da cultura negra e das tradições ainda presentes na prosa dos mais velhos, que guardam na memória marcas da escravidão; a relação dos negros com os índios, na formação do quilombo, registrou-se como parte da luta pela liberdade.

Para os jovens do NT Nordeste Goiano, o trabalho de pesquisa revelou que conheciam muito pouco sobre a história do território. Durante a pesquisa, eles se depararam com as condições iniciais das terras do Assentamento Virgilândia, antes de se tornar um assentamento, sobretudo no que concerne ao seu uso para atender aos projetos do governo militar das décadas de 1960/1970, como o Proálcool.¹⁴ Essa descoberta explicou as dificuldades de recuperação da terra em determinadas áreas do assentamento, devido ao plantio extensivo da cana-de-açúcar na região, além de as políticas desenvolvimentistas da época se preocuparem muito pouco com as questões ambientais. A realidade dessa política ainda está presente nas terras do Virgilândia e configurou como parte da pesquisa dos jovens.

As dificuldades foram marcantes e numerosas e provocaram momentos de tensão no Encontro, diante do diagnóstico árido vivenciado cotidianamente pelos jovens do RAJ, como: a falta de escolas no campo; a falta de professores; a dificuldade de transporte para ir à escola; a falta de luz e de água encanada; a saída frequente dos jovens de suas comunidades para as cidades, afastando-se de suas famílias e vivências. O

tom de indignação diante dessa realidade esteve presente nos relatos das dificuldades no campo.

As jovens quilombolas do NT Kalunga trouxeram o problema da gravidez precoce e a exploração sexual de mulheres como uma realidade muito presente naquele território. Situações estruturais também configuraram como parte da vida da juventude quilombola: a discriminação de raça, de classe; a marginalização do jovem do campo, a invisibilidade, a exclusão, o individualismo, a falta de unidade nas comunidades. Outros jovens também reforçaram a desterritorialização como marca do jovem do campo; a falta de acesso à universidade, à tecnologia (inclusão digital) e à assistência rural foram igualmente anunciadas como dificuldades.

Os problemas ambientais apresentaram-se como resultados da presença do agronegócio nas monoculturas de soja, milho e no plantio de eucalipto, gerando escassez de água e outras graves consequências para o bioma cerrado. Os jovens do Assentamento Itaúna revelaram o principal problema do assentamento, que vive a realidade do arrendamento da terra para a monocultura, gerando e agravando problemas ambientais, como a secagem de rios e a perda da biodiversidade. Dificuldades como a falta de transporte, a falta de água e os conflitos ambientais gerados em torno de modos de plantio pouco sustentáveis também foram abordados pelos jovens do NT DF Sul.

A pesquisa revelou a realidade da juventude do campo que vive em assentamentos, acampamentos e território quilombola Kalunga. Embora fossem de NTs diferentes, constataram-se muitas semelhanças vivenciadas por aqueles jovens camponeses. Esse quadro do território permitiu aos jovens, ao mesmo tempo, o reforço das falas sobre a necessidade de luta por direitos e por vida digna no campo para todos.

Os relatos registraram a importância do conhecimento e da formação como processos importantes para as comunidades rurais no fortalecimento dos saberes locais, para a possibilidade de permanência no campo e para ajudar na promoção de mudanças; a Educação do Campo foi apontada pelos jovens como parte da luta e das conquistas; a agroecologia, um caminho para o fortalecimento do trabalho das famílias camponesas e como tecnologia socioambiental mais adequada para a produção de alimentos saudáveis. As expectativas reavivaram as falas, mas também serviram para diagnosticar que ainda há muita luta no campo e a juventude tem um papel decisivo nesse processo.

As oficinas de Associativismo e Cooperativismo encerraram o itinerário formativo do Ciclo *História e Memória*. A dimensão coletiva, a compreensão da importância dessa fortaleza presente, principalmente na atuação dos movimentos sociais, foi um aspecto ressaltado durante essa oficina. A potencialidade de transformação social gerada pela organização coletiva foi elemento-chave no debate realizado com os jovens, naquele momento. Leituras e debates auxiliaram na compreensão desses aspectos e promoveram momentos empolgantes e mobilizadores entre os jovens, que tiveram a chance de apresentar um desenho possível para os projetos de intervenção a serem desenvolvidos.

É importante ressaltar que todo o itinerário formativo do RAJ contou com um processo contínuo de avaliação. A escuta dos jovens do campo foi parte de todo o

procedimento formativo. As avaliações realizaram-se ao final de cada encontro e fizeram parte das reflexões compartilhadas na Coordenação Pedagógica do Projeto (CPP).

Este ciclo formativo – *História e Memória* – contribuiu para a construção da identidade na medida em que o exercício de rever, (re)construir o passado, partiu dos próprios jovens camponeses, por meio de entrevistas com seus familiares, lideranças e pessoas de suas comunidades. As entrevistas ajudaram a desvendar suas realidades, trazendo memórias de luta pela terra, as conquistas das famílias assentadas, acampadas e quilombolas e, também, as dificuldades presentes em cada NT. Registrar memórias e histórias, presentes nos Núcleos Territoriais, permitiu aos jovens atuarem como jovens pesquisadores, experiência, até então, nunca vivida por eles.

Nesse percurso, o RAJ contribuiu na construção da identidade, tendo a memória e a história como suportes: conhecer o território, desvendar o passado, foram aspectos que permitiram fortalecer a relação com a terra, como lugar possível do jovem do campo que atua e luta pelas conquistas de direitos. Desvendar o território possibilitou redescobrir a importância da terra e do território como lugar de permanência e não de transição. O ciclo formativo permitiu que os jovens falassem sobre a vontade, o desejo de permanecer na terra, lugar de conquistas de suas famílias. A experiência formativa mostrou as controvérsias de sair do campo como parte de um projeto que desvaloriza os jovens, em vez de fortalecer esse lugar como também o seu lugar de vida.

A construção da identidade *juventude camponesa* ocorreu através do olhar para si e para o contexto sociocultural em que estavam inseridos. Todo o processo foi orientado pela compreensão de que a identidade não é uma construção dada, ela é tecida no contexto cultural, no contexto da experiência vivida e, além disso, que o processo deveria ser construído com os jovens e pelos jovens. Para tanto, a (re)construção histórica dos territórios deveria ser um elemento fundante; era preciso revisitar os territórios, conhecer os aspectos históricos que marcaram cada lugar e como essas marcas estavam relacionadas com a vida dos jovens nos seus assentamentos, acampamentos, territórios tradicionais e quilombolas.

As histórias e memórias, recolhidas e refletidas, fizeram com que os jovens se reconhecessem dentro dos seus territórios. As dificuldades de participação da juventude do campo nas decisões comunitárias e a baixa atuação dos jovens junto aos movimentos sociais foram abordadas ao longo do primeiro ciclo formativo. Os jovens depararam-se com esse diagnóstico, como uma marca presente em suas realidades locais. Embora suas experiências de vida também trouxessem a marca da luta pela terra, como parte da trajetória de suas famílias, reconheceram a invisibilidade da presença da juventude e fizeram um importante questionamento: como os jovens do campo podem participar mais ativamente nas comunidades onde vivem? Em relação a esse questionamento, parte do diagnóstico das pesquisas viabilizou o posicionamento dos jovens, bem como a constatação de que precisavam estar mais atuantes e presentes.

Muitas experiências com os jovens participantes do RAJ poderiam ser relatadas para exemplificar como se deu esse processo. A experiência formativa com os jovens do Acampamento 8 de Março (NT Planaltina) levou aqueles jovens a proporem, na oficina de Associativismo e Cooperativismo, a criação da Associação de Moradores, com a presença e a participação deles, fortalecendo a luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que atua no acampamento¹⁵.

O trabalho com memórias e histórias tornou possível formar uma visão crítica de si, enquanto jovem do campo, e a relação com seus territórios e com os movimentos sociais. A dimensão política da proposta consolidou-se ao longo desse ciclo formativo. Restava claro que não bastava somente fazer o registro do passado vivido, mas favorecer o diálogo entre passado e presente, numa perspectiva crítica de quem olha para esse passado e o revisita, para ajudar a compreender a realidade onde estavam inseridos e, simultaneamente, mobilizar para mudanças necessárias. Nessa lógica, não bastava trazer uma memória fixa no tempo, mas uma memória em movimento, que resgatasse lições e experiências do passado para mobilizar as transformações sociais desejadas. A construção identitária de ser um jovem do campo, seu posicionamento na relação com seu território, na sua condição camponesa e na relação com os movimentos sociais foram aspectos fundamentais do projeto *Residência Agrária Jovem*.

Os jovens, ao longo do primeiro ciclo formativo, revelaram muitos contextos sobre a juventude do campo no DF e no Entorno e, ao mesmo tempo, foram se revelando, dando saltos políticos impressionantes, não somente os mais participativos e ativos, mas também os mais tímidos. Foi muito interessante ver como iam progressivamente fazendo uma leitura de si, do território, dos movimentos sociais e como foram estabelecendo novos vínculos com o campo. Um elemento que permitiu visualizar essas mudanças foi o exercício do lugar de fala da juventude do campo, cada vez mais forte, posicionada e presente.

A memória, ao ser trazida para a (re)construção da história, permitiu aos jovens camponeses irem se vendo no território e se apropriando dele como um território de pertencimento dos jovens do e no campo. Esse reconhecimento foi construído com eles durante a formação. A atuação pedagógica, junto aos movimentos sociais, permitiu consolidar a importância da participação da juventude na luta pela terra e pelos direitos coletivos. Nesse sentido, foi interessante observar como a posição dos jovens nos NTs foi se modificando e se aproximando cada vez mais da Epotecampo, do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e do MST, movimentos sociais presentes nos Núcleos Territoriais e parceiros na construção pedagógica do RAJ.

O coletivo da CPP, nos processos avaliativos do primeiro ciclo formativo do RAJ, demonstrou, muitas vezes, o quanto foi gratificante esse processo de fortalecimento dos jovens. Como integrantes dos movimentos sociais, atuando em conjunto com as comunidades, constatou-se como os jovens camponeses estavam mais posicionados em cada NT, mais atuantes e participativos nas discussões e decisões políticas das comunidades. As lutas das famílias registradas nas pesquisas foram reconhecidas também como parte das lutas dos jovens, no sentido de vislumbrarem as conquistas de direitos da juventude do campo nas comunidades.

Um último aspecto a destacar refere-se à incorporação da memória como um direito da juventude do campo. Ao revisitarem o passado de suas famílias e de suas comunidades, eram também suas histórias sendo (re)escritas. A ideia de memória como um direito da juventude do campo foi recorrente nas discussões como um elemento fundamental na (re)construção da luta pela terra. Os jovens, ao retornarem às histórias de suas famílias, foram (re)construindo legados, heranças de luta das famílias que sustentaram sua condição de serem jovens camponeses.

A participação ativa na formação, o compromisso, a realização e o envolvimento nas atividades foram oferecendo condições de percepção da mudança em cada um. A construção formativa do RAJ foi mobilizadora entre aqueles jovens que passaram a falar da terra e de seus antepassados, não somente como o lugar da tradição Kalunga, mas também como o lugar do jovem Kalunga. A força da juventude Kalunga foi sentida nos poemas, nas intervenções e na participação ativa no projeto.

O primeiro ciclo foi conduzido com o objetivo de fazer aflorar os problemas de cada NT, seus contextos históricos e de luta, mas também estimular a juventude do campo como potencial para a mudança. Jovens do campo como potencial para a mudança, não somente porque são jovens e carregam em si a força da juventude, mas porque é a força do coletivo, na atuação junto aos movimentos sociais, que mobiliza para a luta. Sensibilizá-los para a ideia de que serem herdeiros do território é, também, serem herdeiros da luta para a conquista da dignidade no campo. Foi o legado que o primeiro ciclo *História e Memória* deixou como parte do processo formativo no projeto *Residência Agrária Jovem*.

Para o desenvolvimento do ciclo seguinte, *Políticas Públicas e Juventude Rural*, foi fundamental estimular a construção da identidade da juventude camponesa, ganhando relevo a realização do primeiro ciclo. O desdobramento do segundo ciclo possibilitou construir o processo intenso de inserção dos jovens nas suas comunidades, a partir dos Projetos de Intervenção, articulados e vivenciados pelos próprios jovens em seus NTs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Residência Agrária Jovem* demonstrou grande potencial de mobilização e de formação da juventude que vive e constrói a sua trajetória de vida no campo. No entanto, em que pese a importância do programa para o enfrentamento da realidade desvendada pelos dados sobre a juventude rural no Brasil e, notadamente, para a invisibilidade dada a essa população, seja na ausência de políticas públicas ou no deliberado equívoco na elaboração de políticas sem diálogo com estes sujeitos, o que se desprende deste processo aqui compartilhado é que, além de investimentos robustos no sistema público de oferta educacional, de acordo com as necessidades da juventude rural, outras políticas públicas devem associar-se, no sentido de fortalecer as organizações juvenis existentes ou mesmo fortalecer a participação juvenil dentro de suas organizações, de forma a colocar-se em condição de protagonismo nas suas comunidades e territórios.

A experiência do RAJ, realizada pela FUP/UnB, deixou um legado importante aos jovens participantes do projeto, a saber: dezenove jovens participantes do Projeto deram continuidade aos estudos, ingressando no Ensino Superior, além de muitos deles terem se tornado lideranças comunitárias, referência política e organizativa em seus locais de atuação.

Os desafios em relação ao desmonte das políticas de juventude nos últimos anos não impediram de que sementes de resistência continuem sendo plantadas, gerando resultados contundentes, tanto para os jovens camponeses que participaram do curso como também para os que continuam em suas comunidades e, indiretamente, foram envolvidos no processo.

Artigo recebido em: 15/02/2022
Aprovado para publicação em: 17/05/2022

YOUTH AGRICULTURAL RESIDENCE OF THE UNIVERSITY OF BRASÍLIA (UnB): HISTORY, MEMORY, ORGANIZATION AND RESISTANCE OF THE YOUTH OF THE COUNTRYSIDE

ABSTRACT: This article aims to present the experience of the Young Agrarian Residency Program, as a result of the struggle of rural youth to expand formation, organization and resistance strategies, having Countryside Education as a guiding principle. The analysis starts from the implementation of the Program both at a national and local level at Faculdade UnB Planaltina, working in Territorial Centers, where young peasants lived. In the form of synthesis work on the formation and research carried out, the article point out a formative itinerary built, articulating national and local issues that permeate the life of peasant youth. The results showed that the experience left important repercussions on the lives of young people and indicates the need to strengthen youth actions in teaching, research and extension in the FUP/UnB environment.

KEYWORDS: Public Policy. Countryside Education. Youth. Formation.

RESIDENCIA DE JÓVENES AGRÍCOLAS DE LA UNIVERSIDAD DE BRASÍLIA (UnB): HISTORIA, MEMORIA, ORGANIZACIÓN Y RESISTENCIA DE LOS JÓVENES DEL CAMPO

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo presentar la experiencia del Programa de Residencia Joven Agraria, como resultado de la lucha de la juventud rural por ampliar las estrategias de formación, organización y resistencia, teniendo como principio rector la Educación del Campo. El análisis parte de la implementación del Programa tanto a nivel nacional como local en la Faculdade UnB Planaltina, trabajando en Núcleos Territoriales, donde vivían jóvenes campesinos. En este trabajo de síntesis sobre la formación e investigación realizada, señalamos un itinerario formativo construido, articulando problemáticas nacionales y locales que permean la vida de la juventud campesina. Los resultados muestran que la experiencia dejó importantes repercusiones en la vida de los jóvenes además de indicar la necesidad del fortalecimiento de las acciones juveniles en la docencia, la investigación y la extensión en la FUP/UnB.

PALABRAS CLAVE: Políticas Públicas. Educación del Campo. Juventud. Formación.

NOTAS

1 - A constatação dessa ausência de políticas específicas para a juventude rural, levou no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude a instauração de um Grupo de Trabalho, com a participação de representantes dos movimentos sociais e do governo federal, para a proposição e efetivação de

SANTOS, C. A. dos; ROCHA, E. N.; CASTRO, E. G. de; SARAIVA, R. C. F.

políticas públicas. O ponto de partida para o levantamento de demandas e proposições foi o I Seminário Nacional: juventude rural e políticas públicas. (MENEZES, *et al*, 2014)

2 - Lei n.º 12.852, institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 28 out. 2017.

3 - Ver AGENDA JUVENTUDE BRASIL: pesquisa nacional sobre o perfil e a opinião dos jovens brasileiros (SNJ, 2014a). A pesquisa foi tratada de forma mais densa no livro: PINHEIRO, D. *et al*. (Org.). **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**, 2016.

4 - Edital de Inclusão Digital para a Juventude Rural (Secretaria de Inclusão Digital/MiniCom). Em parceria com Universidades, Institutos Federais e Estaduais, para atuarem em extensão rural, promovendo a inclusão digital – 41 projetos, 28 Instituições Públicas, 18 estados – 6.400 jovens capacitados (2012-2014). Edital de Articulação de Grupos de Economia Solidária (Secretaria de Economia Solidária/MTE) – 2.000 jovens rurais, distribuídos em 7 estados do país (2012-2014). Curso de Formação Agroecológica e Cidadã, com Geração de Renda para a Juventude Rural (SNJ) – parceria entre UnB e UNILAB – formação de 600 jovens (2013-2014) – Forte impacto na organização da juventude Kalunga. (BRASIL, 2014b: 33-40)

5 - O edital, lançado em 2014, e efetivado a partir de 2015, atendeu a 34 projetos. (BRASIL, 2014b: 33-40).

6 - Decreto n.º 8.736, de 3 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8736-3-maio-2016-782992-publicacaooriginal-150240-pe.html>>. Acesso em: 28 out. 2017.

7 - O Programa de Reestruturação e Ampliação das Universidades Públicas Federais (REUNI) promoveu a duplicação do acesso, interiorização e política de permanência e, com isso, o país passou de 48 mil matrículas em 2002 para 208 mil matrículas (2013). O Decreto n.º 7.352/2010, que instituiu a Educação do Campo, é um marco institucional. No programa ProCampo, foram criados 40 cursos de Licenciaturas do Campo, além do ProLind - Licenciaturas Indígenas.

8 - O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi criado pelo Incra em 1998, no Governo FHC (período em que se realizaram 84 cursos). A pesquisa realizou um levantamento que mostrou a realização de 236 cursos nos dois governos Lula. Ver: IPEA, 2015.

9 - O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é um programa desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em conjunto com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas de ensino, cujo objetivo é ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados, atuando como instrumento de democratização do conhecimento no campo.

10 - Chamada Conjunta MDA/Incra/CNPq n.º 26/2012.

11 - RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM - Incra/CNPq - 34 projetos - 2014 – R\$3.975.000/ 2015 – R\$3.750.000/2016 – R\$1.875.000. Disponível em:

<<http://juventude.gov.br/juventuderural/inicial/snj-incra-e-cnpq-divulgam-selecionados-no-edital-de-residencia-agraria-para-a-juventude#.WVaZ4BXyvcc>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

12 - Denominamos Núcleos Territoriais as porções territoriais de microlocalização dentro de um território maior, ocupadas por comunidades tradicionais, quilombolas, assentados e acampados da Reforma Agrária. Os Núcleos Territoriais de atuação do Residência Agrária Jovem (RAJ) foram: NT DF Sul, NT Planaltina (DF), NT Planaltina (GO), NT Nordeste Goiano e o NT Kalunga.

13 - As ações interventivas foram projetos realizados pelos jovens participantes do *Residência Agrária Jovem* durante o segundo ciclo formativo do RAJ.

14 - Programa Nacional do Alcool, criado em 1975.

15 - A proposta concretizou-se como Projeto de Intervenção dos jovens, ação que envolveu o diálogo entre jovens, comunidade e movimentos sociais, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que atua no acampamento.

REFERÊNCIAS

BOAL, A. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional da Juventude. **Agenda Juventude Brasil**. Brasília: SNJ, 2014a. *E-book*. Disponível em: <https://issuu.com/secretariageralpr/docs/pesquisa_lan_amento_diagrama_o_>. Acesso em: 28 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional da Juventude. **Balanco da Gestão 2011-2014**. Brasília: SNJ, 2014b. Disponível em <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/140/1/SNJ_relatorio_2014b.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional da Juventude. **2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude - Relatório geral**. Brasília: SNJ, 2012.

BRASIL. Lei n.º 12.852. Institui o Estatuto da Juventude. 2013. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL, Lei n.º 11.129. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. 2005. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013.

CASTRO, E. G. Fronteiras invisíveis: aproximações e distâncias entre ser jovem no campo e nas cidades no Brasil. //: PINHEIRO, D.; NOVAES, R.; RIBEIRO, E. (org.). **Agenda juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016. p. 61-101.

CASTRO, E. G. *et al.* **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; EDUR, 2009. *E-book*. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B3893p/B3893p.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BAIDES, B. C. *et al.* Curso Residência Agrária UnB matrizes produtivas da vida no campo. //: BAIDES, B. C. *et al.* (orgs.). **Residência Agrária da UnB: escolas itinerantes de formação**. Brasília, caderno 1, 2014. *E-book*. p. 12- 42. Disponível em:

SANTOS, C. A. dos; ROCHA, E. N.; CASTRO, E. G. de; SARAIVA, R. C. F.

<<https://matrizesprodutivasdaavidanocampo.files.wordpress.com/2015/02/caderno-1-vfinalrevisada2.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico: características da população e dos domicílios resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **II PNERA**: relatório da II pesquisa nacional sobre a educação na reforma agrária. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150618_relatorio_ii_pesquisa%20nacional.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. *E-book*. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_2039627409_13082018150759.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Educação superior do campo: contribuições para a formação crítica dos profissionais das ciências agrárias. //: MOLINA, M. C. et al. (org.). **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias: reflexões sobre agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera**. Brasília: MDA, 2014. p. 90-116.

MOLINA, M. C.; MOURÃO, L.; FREITS, E. II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo e I Seminário Sobre Educação Superior e as Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro, 2009.

NOVAES, R.; RIBEIRO, E.; PINHEIRO, D. (org.). **Agenda juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016. *E-book*. Disponível em: <<https://polis.org.br/publicacoes/agenda-juventude-brasil-leituras-sobre-uma-decada-de-mudancas/>>. Acesso em: 28 out. 2021.

OLIVEIRA, R. A.; SARAIVA, R. C. F.; GOMES, L. M.; OLIVEIRA, L. P. A. (org.). **Memórias de gerações**. Brasília: Fundo Nacional de Cultura: Ministério da Cultura, 2013.

PINHEIRO, D. [et al] (Orgs). **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças** /. – Rio de Janeiro: Unirio, 2016. Disponível em <<https://polis.org.br/publicacoes/agenda-juventude-brasil-leituras-sobre-uma-decada-de-mudancas/>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

SARAIVA, R. C. F. A cultura não é a cereja do bolo. //: VILLAS BOAS, R. L.; MASSIERO, P. (org.). **Reflexões sobre cultura, memória e identidade**. São Paulo: Cultura, Arte e comunicação, 2015. p. 59-73.

SARAIVA, R. C. F. História, memória e identidade. *In*: OLIVEIRA FILHO, J. B. (org.). **Memórias de gerações**. Brasília: Fundo Nacional de Cultura – MinC, 2013. p. 222-224.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CLARICE APARECIDA DOS SANTOS: Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana - PPFH/UERJ (2016); Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (2009); Graduada em PEDAGOGIA pela Universidade de Ijuí (2002). Atualmente é docente do ensino superior da Universidade de Brasília, atuando principalmente nos temas: Educação do Campo e Políticas Públicas.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3643-6909>

E-mail: claricesantos61@gmail.com

ELIENE NOVAES ROCHA: Professora Adjunta da Universidade de Brasília. Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), com Doutorado Sanduíche na Universidade de Barcelona/Espanha, como bolsista da CAPES, com Estágio pós-doutoral pela Universidade de Barcelona (UB). Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6878-9034>

E-mail: elienenochoa@gmail.com

ELISA GUARANÁ DE CASTRO: Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), mestrado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995) e doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). É professora titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro desde 1998 atuando na graduação, na Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) e na Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8652-0303>

E-mail: elisaguarana@gmail.com

REGINA COELLY FERNANDES SARAIVA: Professora Adjunta da Universidade de Brasília, atuando na Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB) nos cursos de graduação em Gestão Ambiental (GAM) e Licenciatura em Educação no Campo (LEDOC) e na pós-graduação no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente em Desenvolvimento Rural (PPG-Mader). É professora membro do Centro de Estudos do Cerrado na Chapada dos Veadeiros (Centro UnB Cerrado) e do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos (NEP/CEAM/UnB). Graduação em História (Centro de Ensino Unificado de Brasília, 1986), Mestrado em Ciência Política (UnB, 1992), Doutorado em Desenvolvimento

SANTOS, C. A. dos; ROCHA, E. N.; CASTRO, E. G. de; SARAIVA, R. C. F.

Sustentável (CDS/UnB, 2006) e Pós-Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ, 2018).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7917-2678>

E-mail: reginafup@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).